



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Câmara Municipal de Vassouras*

**LEI Nº 2.410 DE 01 DE AGOSTO DE 2008**

Cria o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família de Vassouras –RJ e dá outras providências

A Câmara Municipal de Vassouras aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**DA CRIAÇÃO E DA COMPETÊNCIA**

**Art.1º.** Fica criado o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família do Município de Vassouras - RJ, em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei Federal nº 10.836 de 09.01.04 e Decreto nº 5.209 de 17.09.04.

**Art. 2º.** O Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, terá como objetivo, promover a participação conjunta entre a sociedade civil e o Governo Municipal, sendo órgão de controle e de participação social.

**Art. 3º.** Serão atribuições do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família:

I - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família;

II - acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

III - acompanhar a oferta por parte do governo local dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

IV - estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família;

V- elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno;

VI - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo Único: Para o pleno exercício das competências previstas neste artigo, ao Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família será franqueado acesso aos formulários do Cadastramento Único do Governo Federal e aos dados e informações constantes em sistema informatizado desenvolvido para gestão, controle e acompanhamento do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes, bem como as informações relacionadas as condicionalidades, além de outros que venham a ser definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Câmara Municipal de Vassouras*

## **CAPÍTULO II**

### **DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art.4º.** O Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família será constituído, obedecida a paridade entre governo e sociedade, com as seguintes representações:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
- III – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – um representante da Secretaria Municipal de Agricultura;
- V – um representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;
- VI – um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- VII – um representante da Casa da Amizade;
- VIII – um representante do Programa de Integração pela Música - PIM;
- IX – um representante das Associações de Moradores;
- X – um representante da Universidade Severino Sombra;
- XI – um representante da Caixa Econômica Federal;
- XII – um representante do Conselho Tutelar.

§ 1º Cada membro titular do Conselho terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez, permitida a substituição na vigência do mandato, a critério das entidades representadas.

**Art. 5º.** Os membros do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de decreto.

**Art. 6º.** O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Parágrafo Único: As reuniões extraordinárias ocorrerão sempre que necessário, convocadas por escrito pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, limitando-se a sua pauta ao assunto que justificou a sua convocação.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Câmara Municipal de Vassouras*

**Art. 7º.** Todas as sessões do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

**Art. 8º.** Para melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Considerando-se colaboradores do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família, as instituições formadoras de recursos humanos para a Assistência Social e as entidades representativas de profissionais, sem embargo de suas respectivas condições de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família em assuntos específicos;

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por membros do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

**Art. 9º.** O Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família funcionará com a seguinte estrutura:

**I** – Presidência;

**II** – Colegiado do Conselho Municipal;

**III** –Secretária Executiva.

**Parágrafo Único** - A estrutura elencada nos incisos I, II e III do presente artigo terá suas atribuições e competências definidas no Regimento Interno do Conselho que deverá ser aprovado na forma e no prazo estabelecidos pelo art. 10 da presente Lei.

**Art. 10.** O Regimento Interno do Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família será elaborado e aprovado pela maioria absoluta de seus membros, em até 90 (noventa) dias, a contar da data de sua instalação.

**Art. 11.** Os membros do Conselho, no prazo de 30 (trinta) dias após a posse, deverão reunir-se com a finalidade de eleger a sua diretoria.

**Art. 12.** A diretoria será eleita por maioria simples dentre os membros do Conselho.



*Estado do Rio de Janeiro*  
*Câmara Municipal de Vassouras*

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 13.** A Secretaria do Trabalho e Ação Social, através de seu representante junto ao Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família terá atribuições de implantação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa, sendo considerado seu "gestor" para efeito do que dispõe o inciso II. do art. 13, da Instrução Normativa nº 01, de 20/05/05, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**Art. 14.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Ação Social, ficando o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, se necessário, para dar cumprimento aos objetivos do presente Programa.

**Art. 15.** A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, incumbir-se-á de dotar do Conselho de estrutura administrativa necessária ao seu funcionamento.

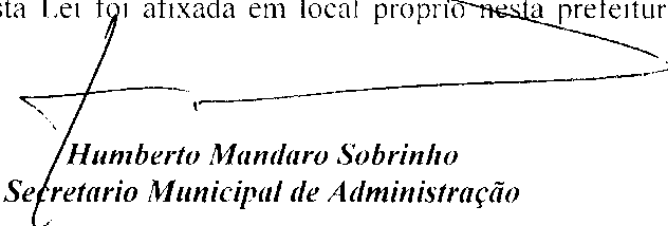
**Art. 16.** A destinação de verbas recebidas para o Programa Bolsa Família, serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Controle Social do Programa Bolsa Família.

**Art. 17.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Vassouras, 01 de agosto de 2008.

  
**Eurico Pinheiro Bernardes Júnior**  
Prefeito Municipal

Certifico que esta Lei foi afixada em local próprio nesta prefeitura, em 01 de agosto de 2008.

  
**Humberto Mandaro Sobrinho**  
Secretário Municipal de Administração